

GÊNERO TEXTUAL E ACESSO DISCURSIVO: ANALISANDO RELAÇÕES DE PODER NA MÍDIA

Estevão Eduardo Cavalcante Carmo¹
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: O objetivo deste artigo é investigar os padrões de acesso discursivo dos representantes do MST na Folha de S. Paulo para comentar sobre suas ações e sobre a Reforma Agrária. Utilizamos como fundamentação teórica a perspectiva de gêneros textuais adotada pela Escola Norte Americana (MILLER, 2009) e a teoria de acesso discursivo desenvolvida por Van Dijk (2010). O *corpus* é constituído por todas as entrevistas, artigos e notas de opinião coletadas em 2007 que tratem dos temas em questão. Constatamos que o jornal controla os padrões de acesso ao seu espaço discursivo, promovendo uma marginalização dos grupos envolvidos.

Palavras-chave: acesso discursivo; gênero textual; MST; reforma agrária; mídia.

Abstract: The aim of this article is to investigate the patterns of discursive access to the representatives of the MST in Folha de S. Paulo to comment about their actions and about Agrarian Reform. We use as theoretical fundaments the prospect of textual genres adopted by the North American College (Miller, 2009), and the theory of discursive access developed by Van Dijk (2010). The corpus includes all interviews, articles and opinion notes collected in 2007 that sort the issues in question. We note that the paper controls the access patterns to their discursive space, promoting a marginalization of the groups involved.

Keywords: discursive access; textual genres; MST; agrarian reform; media.

1. Artigo fruto do projeto de pesquisa PIBIC intitulado Práticas discursivas e mudança social: uma investigação sobre a (re) conceitualização da noção de reforma agrária, desenvolvido na UFPE, com o apoio da CNPq/Propesq, e orientado pela Professora Dra. Karina Falcone.

1. Introdução

Comunicamos-nos através dos gêneros textuais (MARCUSCHI, 2010). São eles que orientam a forma como interagimos em eventos comunicativos (MILLER, 2009). Os gêneros textuais facilitam a nossa inserção nas diversas ações comunicativas em que estamos envolvidos. Ademais, precisamos compreender que os gêneros são elementos sócio-cognitivos, pois são construídos e reconstruídos no decorrer da história, a partir das mudanças ocorridas em uma determinada cultura; além disso, os gêneros são frames que são ativados em nossa mente como modelos mentais que orientam nossa inserção em um determinado contexto discursivo (BAZEMAN, 2006; FALCONE, 2011). Ao propormos que os gêneros são elementos indispensáveis para o reconhecimento e a interação em um evento comunicativo, sugerimos, então, que eles têm o poder de legitimar discursos. E, ao adquirirem esse aspecto legitimador, os gêneros textuais tornam-se elementos de poder manipulados por diversas instituições (MARCUSCHI, 2010; MILLER, 2009).

É com essa reflexão que temos em vista analisar como o controle institucional dos gêneros textuais orienta a nossa compreensão sobre um determinado evento. Além disso, investigamos se grupos minoritários têm acesso ao discurso jornalístico, para comentar sobre suas próprias ações. Para tanto, reunimos à pesquisa a teoria do acesso discursivo, desenvolvido por Van Dijk (2010). De acordo com o autor, o acesso discursivo seria um recurso semelhante a outros dispositivos de poder, sendo um indicador bastante confiável de quem ou quais grupos estão sendo marginalizados de um determinado contexto discursivo. Ora, se nos comunicamos através dos gêneros textuais, e estes são constantemente manipulados pelas instituições de poder, o acesso discursivo seria um aspecto revelador dessa manipulação.

O corpus que nos serve de análise é produto de uma pesquisa PIBIC intitulada *Práticas discursivas e mudança social: uma investigação sobre a (re)*

conceitualização da noção de reforma agrária. Durante a pesquisa, foram coletados todos os textos da Folha de S. Paulo (FSP), entre diversos gêneros textuais, que mencionassem os temas Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Reforma Agrária, no período entre 2007 e 2010. Para este artigo, utilizamos apenas os gêneros *entrevistas*, *artigos* e *notas de opinião* coletados no ano de 2007, primeiro ano do segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Escolhemos os gêneros mencionados por eles serem aqueles que, por sua organização textual, garantiriam acesso direto a outros atores sociais, além dos envolvidos no domínio jornalístico.

Objetivamos vislumbrar, desta forma, os padrões de acesso de representantes do MST no discurso jornalístico e, através disso, como este domínio operar na compreensão que os leitores têm acerca do Movimento e da Reforma Agrária. Para tanto, utilizamos como categoria de análise o acesso discursivo.

Para fundamentar o artigo, temos como aporte teórico Bakhtin (1979 [2010]), Bazerman (2005; 2006), Falcone (2005; 2011), Giddens (2009), Marcuschi (2010), Miller (2009) e Van Dijk (2010).

2. Gênero textual como elemento sócio-cognitivo

Anteriormente, afirmamos que os gêneros textuais são elementos sócio-cognitivos que orientam nossa inserção em um determinado evento comunicativo. A princípio, precisamos compreender quais as características que tornam o gênero um elemento social e cognitivo simultaneamente. Bakhtin (1979 [2010]) já declarava que todas as atividades humanas ocorriam através da língua, em forma de enunciados. De acordo com o autor, os gêneros do discurso seriam os enunciados relativamente estáveis produzidos em uma determinada esfera comunicativa. O autor ainda acrescenta que seria impossível contabilizar todos os gêneros, pois eles seriam inesgotáveis devido às inúmeras atividades comunicativas a

que estamos expostos. Em uma perspectiva semelhante, Miller (2009) comenta sobre o aspecto social do gênero, propondo-o como um “artefato cultural”, isto é, como um elemento constitutivo e consubstanciador da cultura. Como concebe a autora, considerar um gênero textual como um artefato cultural é vê-lo não apenas como um produto de uma determinada cultura, e sim também como elemento constitutivo da estrutura social de relações entre os sujeitos participantes dessa civilização. A partir dessa reflexão, o gênero textual seria uma obra e simultaneamente um artefato composicional dessa cultura.

Miller (2009) comenta também sobre a instabilidade nas estruturas dos gêneros textuais. Não devemos concebê-los como modelos estanques, mas, como afirmou Bakhtin (1979 [2010]), devemos considerá-los como *tipos relativamente estáveis*. Ou seja, os gêneros textuais são formados por *padrões sociocomunicativos* que orientam nossa compreensão sobre o evento no qual estamos nos inserindo (MARCUSCHI, 2010). Para exemplificar tal fato, Miller (2009) expõe a teoria da estruturação desenvolvida pelo sociólogo Anthony Giddens (2009). Este autor delineia que nossas relações sociais são constituídas no espaço e no tempo. Observa Giddens (2009) que essas experiências ocorrem num fluxo contínuo e recorrente, isto é, elas se repetem para que os atores sociais envolvidos nelas reconheçam as atividades nas quais participam. Para o autor, essa reflexividade ocorre porque tais experiências sociais tornam-se recorrentes através do espaço e do tempo. Contudo, é preciso ressaltar que essas relações sociais são criadas e recriadas continuamente pelos atores sociais envolvidos nelas. Da mesma forma, os gêneros, sendo “holofotes” de nossas ações sociais, constituem-se no decorrer do tempo com elementos característicos. Esses elementos seriam padrões recorrentes que guiariam a adequação e o reconhecimento de um gênero em determinados contextos discursivos. Bazerman (2005) atribui aos gêneros textuais características típicas. De acordo com o autor, os gêneros seriam tipificações a partir do momento

em que eles emergissem como elementos comunicativos reconhecíveis e autorreforçadores. Explica Bazerman (2005) que

Uma maneira de coordenar melhor nossos atos de fala uns com os outros é agir de modo típico, modos facilmente reconhecidos como realizadores de determinados atos em determinadas circunstâncias. Se percebemos que um certo tipo de enunciado ou texto funciona bem numa situação e pode ser compreendido de uma certa maneira, quando nos encontramos numa situação similar, a tendência é falar ou escrever alguma coisa também similar. Se começarmos a seguir padrões comunicativos com os quais as outras pessoas estão familiarizadas, elas podem reconhecer mais facilmente o que estamos dizendo e o que pretendemos realizar (p. 29).

Ainda que os gêneros tenham elementos reconhecíveis e identificadores, Bazerman (2005) ressalta a importância de não os considerar estanques e atemporais. É preciso compreender que os gêneros mudam com o tempo, numa relação intrínseca com as experiências sociais vividas pelos sujeitos. O conhecimento de um gênero textual pode mudar até individualmente, de pessoa para pessoa. Dessa forma, não podemos simplesmente caracterizar um determinado gênero pelo conjunto de características que ele tem. É preciso levar em consideração todos os outros aspectos sócio-históricos e individuais envolvidos na constituição do gênero textual.

Além de ser um enquadre social que construímos na interação, o gênero discursivo é um elemento cognitivo. Bazerman (2006) afirma que os gêneros textuais são frames para a ação social, que são ativados a partir do reconhecimento do contexto discursivo. Marcuschi (2005) considera os gêneros como macro-modelos cognitivos. Corroborando com os dois autores, Falcone (2011) observa os gêneros como *modelos mentais*. Parafraseando o autor Van Dijk (2010), Falcone (2011) conceitua os modelos mentais como “construções subjetivas ou definições que se atribui a situa-

ções comunicativas específicas”. Como afirma a autora, os modelos mentais são construídos e constantemente atualizados na memória episódica², a partir do processo recorrente da atividade social. Ou seja, assim como os gêneros, os modelos mentais seriam estruturas cognitivas individuais que se constituiriam na interação social.

Segundo a Escola Norte-Americana, na perspectiva da Nova Retórica, os gêneros textuais legitimam nossas ações em contextos comunicativos, a partir da nossa inserção neles. Seguindo a linha de pensamento de Miller (2009), compreendemos que os gêneros não são apenas elementos sócio-cognitivos, mas também elementos pragmáticos, pois se realizam na atividade social *on-line*. Miller (2009) também acentua o poder institucional por trás dos gêneros textuais. Sendo uma das maiores formas de inserção social, manipular os elementos característicos de um determinado gênero textual, significa controlar quem ou quais atores sociais podem participar de certos eventos e contextos comunicativos. Marcuschi (2010) ressalta que todas as nossas atividades sociais são geridas através do discurso, e que o gênero textual tem um papel específico nessa administração. Mas é importante ressaltar, aqui, que estamos investigando, além do controle, a manipulação discursiva no domínio jornalístico. Entendemos manipulação tal como Van Dijk (2010), que delineia esse ato como uma forma ilegítima de persuasão. Manipular é orientar cognitivamente um sujeito ou um grupo de pessoas a agir de uma forma que agrade somente a quem está manipulando. Controlar o discurso indevidamente é uma forma de manipulação, pois geralmente busca o bem de uma pequena minoria, que, geralmente, administra as instituições de poder (VAN DIJK, 2010). Manipulação discursiva pode ocorrer também, dentre tantas formas, no controle das estru-

2. Parte constituinte de nossa memória de longo prazo, formada a partir de experiências pessoais em determinados contextos. É na memória episódica que buscaremos base para nossas memórias futuras (VAN DIJK, 2010).

ras de um gênero textual. Não somente na estrutura do gênero, mas nas características organizacionais e típicas dele. No domínio jornalístico, por exemplo, podemos analisar como estão dispostas as sentenças no *título*, *lead* e *sublead* de uma notícia que trate sobre determinado evento social. Ou também, que itens lexicais estão sendo utilizados na notícia para referenciar determinados grupos sociais e suas ações. Ou ainda, como faremos mais adiante, investigar o acesso discursivo dado a grupos minoritários para comentar sobre suas ações em entrevistas e artigos.

3. Controle discursivo: analisando padrões de acesso ao discurso jornalístico

Antes de desenvolvermos a noção de acesso discursivo, parece importante esclarecer o quadro teórico no qual está situada a categoria utilizada para a análise desta investigação. A Análise Crítica do Discurso (ACD), tal como proposta por Van Dijk (2010), não é apenas uma disciplina ou um campo teórico, mas, antes, um posicionamento crítico sobre um tema investigado. O interesse principal da ACD é estudar, através do discurso, os problemas sociais relacionados à desigualdade e à dominação, interferindo, assim, nas questões investigadas (FAIRCLOUGH, 2001; VAN DIJK, 2010). É importante observar que diversas teorias permeiam a ACD, e que esta dialoga com diferentes disciplinas, a depender do tema analisado. Uma das teorias que faz parte da ACD, e que utilizaremos nessa pesquisa, é a do acesso discursivo.

O acesso discursivo é uma teoria desenvolvida pelo autor Van Dijk (2010), que procura vislumbrar a atuação de grupos minoritários em diferentes domínios discursivos. Para nossa investigação, utilizaremos apenas o domínio jornalístico. De acordo com o autor, analisar “as medidas de acesso ao discurso podem ser indicadores bastante confiáveis de poder de grupos sociais e seus membros” (VAN DIJK, 2010, p. 90). Isto é, a partir

da análise dos padrões de acesso a um determinado contexto discursivo, observamos quais grupos ou atores sociais têm maior ou menor poder, baseando-nos na influência discursiva exercida pelos interlocutores. Van Dijk (2010) pontua que, assim como diversos recursos sociais – tais como educação, saúde e emprego – as participações discursivas são distribuídas desigualmente, promovendo a marginalização de determinados grupos (FALCONE, 2005). Tomemos como exemplo a *mídia de massa*. De acordo com o autor, os padrões de acesso à imprensa são mais observáveis e reconhecíveis através das escolhas do jornal de quem será entrevistado ou quem dará as opiniões sobre um determinado evento. Daí pode-se compreender quais grupos têm maior poder discursivo e também quais seriam os reponsáveis pela formação da opinião pública.

Van Dijk (2010) delinea alguns padrões de acesso para reconhecer o acesso ao discurso dado a determinados grupos sociais. Falcone (2005) pontua a importância do conhecimento desses padrões, pois, como afirma a autora, o controle discursivo exercido pelas instituições é tão rígido que dificulta a inserção de outros sujeitos, além dos grupos sociais envolvidos:

- a. *Planejamento*: diz respeito às decisões sobre os locais, os atores sociais e toda a agenda escolhida para fazer parte do evento comunicativo.
- b. *Cenário*: implica nas escolhas de quem é permitido ou obrigado a participar, assim como que papel desenvolverá durante o evento comunicativo.
- c. *Controle de eventos comunicativos*: essa seria a principal forma de acesso, e consiste no controle das estruturas da fala e da escrita – atos discursivos, gêneros textuais etc.
- d. *Alcance e controle da audiência*: além de controlar o conteúdo, determinados grupos podem, também, controlar audiências, dependendo do público envolvido no domínio discursivo analisado.

No nosso trabalho, daremos maior atenção aos dois últimos pontos, sobretudo ao terceiro ponto. Van Dijk (2010) observa que a maior forma de acesso está relacionada ao controle das dimensões da fala e da escrita. Ou seja, ter o controle das diversas estruturas da fala e da escrita implica no controle de quais atores ou grupos sociais podem participar (in)diretamente de um evento comunicativo. No domínio jornalístico, por exemplo, a instituição tem o controle sobre quais atores sociais participarão na cobertura dos eventos em pauta. Assim como quais gêneros textuais serão utilizados para veicular uma informação. De acordo com Van Dijk (apud Falcone [2005]), as relações discursivas de dominância estão mais relacionadas ao gênero do que ao tipo textual. É a partir do controle rígido das dimensões de um gênero textual que o jornal pode exercer seu poder. Até mesmo em gêneros como a entrevista – na qual haveria “acesso direto”³ do ator social entrevistado – o jornal conduz a entrevista, mantendo o controle do gênero.

A partir desses conceitos, buscamos investigar se o acesso dos representantes do MST é ativo, participante do discurso jornalístico, ou ocorre de forma passiva, sendo amparado e intermediado pelos jornalistas. Ademais, procuramos identificar como esse processo opera na compreensão que a audiência tem sobre o MST e a Reforma Agrária.

4. Apresentando o *corpus*

Como já dito, o corpus utilizado na análise é constituído por todos os artigos, entrevistas e notas de opinião coletados na Folha de S. Paulo,

3. Falcone (2005) adota essa terminologia referindo-se aos gêneros textuais como a entrevista, que, a tomar pela sua organização textual, concederia um maior espaço discursivo para outros atores sociais, além dos envolvidos no domínio jornalístico. No entanto, a autora ainda afirma haver aberturas nessa denominação, já que, como visto, ainda na entrevista, o jornal parece manter o controle sobre o acesso dos atores sociais.

no ano de 2007. Durante a coleta dos dados, encontramos 4 artigos, 4 entrevistas e 4 notas de opinião, em 2007, somando um total de 12 publicações. Optamos por analisar tais gêneros textuais, pois, como já pontuado anteriormente, devido à sua organização textual, eles abririam um maior espaço discursivo para outros grupos, além do já envolvidos no domínio jornalístico. Desta forma, procuramos investigar se esse processo de fato ocorre. Abaixo encontramos uma tabela (1) com a data e o título de todas as publicações que servem como corpus para nossa pesquisa, e à qual retornaremos durante a análise dos dados.

Tabela 1: Categorização dos dados por gênero textual, data e título

Notas de opinião	
22/02/2007	Brasil
23/02/2007	Terra
24/02/2007	Terra
19/09/2007	MST
Entrevistas	
22/02/2007	Tempo de Reforma Agrária acabou, afirma sociólogo
23/02/2007	"Há invasões compreensíveis", diz ministro
16/04/2007	"Lula está em dívida conosco", afirma Stedile
16/04/2007	Cortar recursos seria improdutivo, afirma Cassel
Artigos	
24/02/2007	É legítima a ação de membros do MST e da CUT no Estado de São Paulo?
17/04/2007	Uma justiça de classe
22/04/2007	Comédia Agrária
11/06/2007	Reforma Agrária, por justiça e soberania popular

5. Análise dos dados

Numa observação inicial do corpus, atentamos, a princípio, para o número de publicações que constituem os nossos dados. Se recorrermos ao corpus da pesquisa PIBIC realizada, observaremos uma diferença significativa entre o número de notícias e a quantidade de gêneros textuais que estamos investigando. No ano de 2007, coletamos 104 notícias relacionadas ao MST e a Reforma Agrária em comparação com as 4 publicações de cada gênero textual analisado – entrevista, artigo e nota de opinião. Falcone (2005) observa que essa disparidade quantitativa entre os diversos gêneros textuais que permeiam o domínio jornalístico deve-se a possibilidade que o jornal tem de controlar mais efetivamente um gênero como a notícia do que uma entrevista *ping-pong*, na qual haveria uma participação mais atuante do interlocutor entrevistado.

Recorrendo, agora, ao corpus desta investigação, observamos alguns pontos relevantes. Das 4 entrevistas coletadas, apenas uma tem a participação de um representante do MST, João Pedro Stedile. Dentre as outras 3, duas são com Guilherme Cassel, na época então ministro do desenvolvimento agrário, e uma com um sociólogo. Observemos a única entrevista de Stedile concedida à Folha de S. Paulo:

Exemplo 1:

“Lula está em dívida conosco”, afirma Stedile (FSP, 16/04/2007)

Folha: Foi difícil para o MST, que ajudou a reeleger o presidente, decidir que a partir de agora irá focá-lo diretamente no momento de cobrar o governo?

João Pedro Stedile: Apoiamos a eleição e a reeleição do governo Lula como militantes sociais e cidadãos conscientes que querem impedir a consolidação do neoliberalismo. Nunca analisamos os pro-

cessos políticos focados em pessoas e muito menos no presidente. Esperamos que o governo recupere seus compromissos históricos, reduza a influência da direita e das classes abastadas, mude a atual política econômica.

Folha: Por que, durante o primeiro mandato, o movimento poupou a figura do presidente e preferiu concentrar suas críticas na equipe econômica, por exemplo?

Stedile: Nossa posição em relação ao governo Lula sempre foi e continuará sendo a de atacar as forças conservadoras, que representam dentro do governo a manutenção do neoliberalismo. A composição do governo não reflete a vontade política do povo expressado nas urnas.

Folha: Em 2005, antes de uma marcha a Brasília, o senhor disse que o MST não era 'louco' de romper com Lula. Hoje o sentimento é o mesmo?

Stedile: A questão não é romper ou não. O MST é um movimento autônomo, que luta por melhorias das condições de vida de sua base e por mudanças na economia e na política. Nossa avaliação do governo Lula não é questão de sentimento, é de realismo político. E é evidente que as forças conservadoras têm mais espaço agora do que antes.

Folha: O MST cobra uma audiência com o presidente. Para dizer o quê?

Stedile: O presidente Lula está em dívida com o MST e com os camponeses. Seu governo não fez reforma agrária. Faremos a avaliação crítica do que não funcionou e o movimento.

Durante a entrevista, observamos que pouco se fala sobre as ações do MST e seus objetivos. As perguntas do entrevistador estão mais focadas na relação política do Movimento com o presidente Lula. Ainda que Stedile afirme que o MST é um movimento "autônomo" e independente, o jornalista insiste numa possível relação crítica entre o grupo e o presidente. Esse

fato fica aparente no título da entrevista, no qual se sobressai a voz discursiva do jornal - “Lula está em dívida conosco”, afirma Stedile. De todos os pontos importantes discutidos durante a entrevista, o que é destacado no título da publicação é o provável desentendimento entre o Movimento e o presidente Lula. Tal fato ocorre, também, durante as perguntas do jornalista. Nesse ponto, Falcone (2005, p. 47) observa que “todas as perguntas são realizadas pelo repórter, o que garante que a instituição, mesmo que abrindo espaço para o entrevistado (geralmente essas entrevistas ocupam meia página a uma página inteira) tenha o controle do tópico discursivo”. A autora ainda atenta para a diferença entre a notícia e a entrevista, afirmando que nesta última, ainda que haja um controle institucional, o tópico discursivo é mais “facilmente negociável” entre os interlocutores.

Das outras 3 entrevistas coletadas, duas são com Guilherme Cassel, que na época coordenava o ministério do desenvolvimento agrário. Observamos nas entrevistas dadas pelo ministro uma aparente imparcialidade no tocante aos temas em questão. Essa constatação corrobora com a afirmação de Van Dijk (2010, p. 99-100) de que as minorias serão majoritariamente representadas por *porta-vozes moderados*, isto é, “por aqueles que compartilham opiniões ou perspectivas da maioria”. Atentemos para um trecho de uma das entrevistas de Cassel:

Exemplo 2:

“Há invasões compreensíveis”, diz ministro (FSP, 23/02/2007)

Folha: As 13 invasões em São Paulo são condenáveis?

Guilherme Cassel: Sempre que a gente trabalha com ocupação de terra é preciso ver cada caso. Tem que ver cada uma dessas [13] ocupações, ver se é terra pública, se é terra abandonada, se é terra que já está na Justiça. Têm casos que são, no limite, compreensíveis. Outros casos, não. Os casos não aceitáveis devem ser tratados de forma rigorosa. Existem leis para isso.

Folha: O que são casos compreensíveis?

Cassel: Eu defendo que se aplique estritamente a lei, sempre. Mas poderia haver compreensão em casos comprovados de grilagem de terras públicas, com crimes ambientais, ou então em casos comprovados de terras com trabalho escravo, o que não é o caso do Pontal. Mas, mesmo nesses casos, eu defendo que se aplique sempre a lei.

Ao observar esse trecho, notamos que o jornalista, através das perguntas, incita o entrevistado a tomar um posicionamento sobre determinadas ocupações de terra promovidas pelo MST na época. Por outro lado, o ministro parece alterar seu discurso entre apoiar algumas ocupações e fazer cumprir a lei, não tomando um posicionamento bem delineado. Em uma nota de opinião publicada um dia após a entrevista com Cassel, observamos uma divergência entre o que o ministro diz durante a entrevista e o que ele, de fato, teria dito. Ressaltamos que a nota de opinião foi emitida pela coordenação de comunicação social do ministério do Desenvolvimento Agrário.

Exemplo 3:

Terra (24/02/2007)

O título do texto “Ministro acha que invasões de fazendas são compreensíveis” (Primeira página, 23/2) não condiz com a entrevista concedida ao repórter Eduardo Scolese. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, enfatizou na entrevista que defende rigorosamente a aplicação da lei e mencionou que poderia achar compreensíveis ocupações em dois casos específicos: em terras públicas comprovadamente griladas, com ocorrência de crimes ambientais, e em terras onde há comprovadamente trabalho escravo. Ao repórter, foi salientado que nenhuma das 13 propriedades rurais ocupadas recentemente no Estado de São Paulo está incluída nesses

dois casos. Da mesma forma, não procede o subtítulo aplicado no material jornalístico – ‘Petista afirma que a lei deve ser respeitada, mas diz que ações em terras griladas, por exemplo, podem ser aceitáveis’ (Brasil, pág. A7). O ministro não utiliza o termo ‘ocupação aceitável’ em ponto nenhum da entrevista.

Observamos, analisando o *Exemplo 3*, que a própria coordenação ligada a Cassel desmente certas afirmações feitas pelo ministro na entrevista concedida à Folha. A partir desse fato, poderíamos supor que, ou o jornal manipulou a entrevista do ministro para provocar uma reação contrária ao governo, ou o próprio ministro desejou desmentir suas afirmações, tomando um posicionamento mais favorável à aplicação das leis. De todas as formas, o MST continuaria não sendo representado, pois o que estava em discussão na pauta, assim como no *Exemplo 1*, não seriam as mobilizações do Movimento, mas uma tomada de posicionamento do governo sobre as ocupações realizadas pelo grupo. Desta forma, observamos, novamente, que, mesmo através de gêneros textuais com acesso mais direto, o jornal mantém o controle sobre a pauta (o planejamento), os atores sociais envolvidos no debate dos temas (cenário) e, sobretudo, quais gêneros serão utilizados para veicular a informação (VAN DIJK, 2010). Em alguns casos isolados, notamos a participação, por exemplo, da audiência, isto é, do público leitor comentando sobre o tópico discursivo. No corpus analisado, observamos esse fato uma única vez, numa nota de opinião. Observemos:

Exemplo 4:

Terra (23/02/2007)

A *Folha* mais uma vez ataca a reforma agrária (e, claro, o MST), mas desta vez sem argumentos e tentando enganar os leitores. O editorial ‘O bloco da invasão’ (Opinião, 21/2) diz que ‘nunca na história deste país, para entoar o refrão presidencial, a execução da reforma agrária terá sido entregue a seus lobistas como nos últimos quatro anos’.

Ora, durante toda a história deste país, a não execução da reforma agrária havia sido manuseada pelos lobistas contrários: latifundiários e companhia. A *Folha* bem que poderia dizer logo de cara: somos contra a reforma agrária no país campeão em concentração de terras.

No domínio jornalístico, as notas de opinião são gêneros textuais pouco visíveis. Na *Folha* de S. Paulo, elas geralmente são colocadas após, antes ou na mesma página de uma matéria que mantenha relação com uma publicação de uma mesma temática. Tal fato ocorre provavelmente porque, por ser o gênero textual de menor controle institucional, o jornal poderia, desta forma, inibir o impacto das declarações com outras publicações, como os editoriais, que são gêneros textuais que refletem a opinião do jornal por excelência. O que os dados revelam, e que queremos discutir nesse ponto, é o princípio que orienta a teoria de Miller (2009) sobre os gêneros textuais: ao relacionar estes com as demais formas de ação social, podemos considerá-los como constituintes das relações de poder.

Outro exemplo do amplo controle institucional dos gêneros no domínio jornalístico são os artigos publicados na *Folha* comentando as ações do MST e sobre a Reforma Agrária. No corpus coletado, observamos o primeiro artigo - “*É legítima a ação de membros do MST e da CUT no Estado de São Paulo?*” (FSP, 24/02/2007) – que promove um debate sobre as ocupações realizadas pelo MST no estado de São Paulo. O artigo é dividido em duas partes, cada uma com uma opinião, intituladas “sim” e “não” como resposta à pergunta do título. Ressaltamos que nenhuma das respostas à pergunta-título é respondida por um representante do MST, cabendo a um professor e um advogado reponder às questões. Dois outros artigos foram escritos por Stedile – “*Uma justiça de classe*” (FSP, 17/04/2007) e “*Reforma agrária, por justiça e soberania popular*” (FSP, 11/06/2007) –, um dos representantes do MST, nos quais ele defende integralmente a reforma agrária e as ações do Movimento. No entanto, observamos, por exemplo, que alguns

dias após a publicação de um dos artigos de Stedile (FSP, 17/04/2007), a Folha publicou outro artigo intitulado “*Comédia Agrária*” (FSP, 22/04/2007), no qual um professor universitário critica abertamente as ações do MST, denominando-as “patéticas” e “violentas”.

Desta forma, compreendemos que poucos são os representantes do MST que têm espaço discursivo para comentar sobre suas próprias ações. Ademais, quando conseguem “acesso direto” ao discurso jornalístico, o jornal acaba por orientar o tópico discursivo, restringindo a temática no gênero para se enquadrar ao objetivo do jornal. Esse processo de marginalização de grupos sociais do espaço discursivo jornalístico não só dificulta o acesso das minorias ao domínio investigado, como orienta a audiência a compreender os temas da forma como o jornal deseja (VAN DIJK, 2010).

6. Considerações finais

A partir da análise dos dados, observamos uma provável marginalização dos representantes do MST do espaço discursivo da Folha para comentar sobre suas próprias mobilizações. Quando o acesso ao discurso ocorre, é através de representantes ou porta-vozes mais imparciais. Ademais, o controle dos eventos comunicativos restringe os entrevistados, por exemplo, de comentarem sobre o tema em questão, cabendo a eles responderem apenas às perguntas propostas pelo jornalista. A análise dos outros gêneros investigados revela uma pouca visibilidade das publicações – no caso das notas de opinião – ou um controle mais rígido do cenário – nos artigos, por exemplo.

Tais fatos apontariam para um objetivo da Folha de não legitimar as ações do MST em sociedade. Isso estaria relacionado ao interesse de uma manutenção no *status quo*, no qual os grupos minoritários estariam sempre sendo marginalizados do espaço discursivo, enquanto as intuições retêm o poder (FALCONE, 2005).

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1979]
- BAZERMAN, Charles. Gêneros Textuais, Tipificação e Interação. Orgs: DIONISIO, Angela. HOFFNAGEL, Judith. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. Gênero, Agência e Escrita. Orgs: DIONISIO, Angela. HOFFNAGEL, Judith. São Paulo: Cortez, 2006.
- FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Ed. Universitária, UnB 2001.
- FALCONE, Karina. O acesso dos excluídos ao espaço discursivo do jornal. Dissertação de Mestrado. PPGL/UFPE. Recife, 2005.
- _____. Gêneros textuais e o agir cognitivo. In: MIRLEU, I. RODRIGUES, M. C. (Org.). Ensino de língua e Literatura: políticas, práticas e projetos. Campina Grande: Bagagem, v. 1, p. 115-128, 2011.
- GIDDES, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fonte, 2003.
- MARCUSCHI, Luiz A. Heráclito e o Hipertexto: o Logos do Hipertexto e a Harmonia do oculto. Conferência apresentada no I Congresso de Hipertexto, Recife, UFPE.
- _____. Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão. São Paulo. Parábola, 2010.
- MILLER, Carolyn. Comunidade retórica: a base cultural dos gêneros. In: DIONISIO, Angela. HOFFNAGEL, Judith. Estudos sobre Gênero Textual, Agência e Tecnologia. Recife: Ed. Universitária, UFPE, 2009.
- VAN DIJK, Teun A. Discurso e Poder. São Paulo: Contexto, 2010.